

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto - Lei n.º 52/2003

de 24 de Novembro

Alguns dos regimes de preços estabelecidos pelo Decreto-lei n.º 1/99, de 1 de Fevereiro, revelaram-se inadequados face aos efeitos exógenos e endógenos das transformações ocorridas no mercado, tanto interno como externo.

A consagração de uma política de maior abertura à iniciativa privada e à concorrência, aliada a crescente globalização dos mercados nacional e internacional, nomeadamente no quadro da Organização Mundial do Comércio-OMC, tem-se revelado incompatível com uma política demasiado intervencionista sobre os preços.

Com efeito, actualmente, a maior parte dos preços no mercado interno forma-se em função dos mecanismos do mercado, exceptuando os de alguns produtos básicos.

Por outro lado, atendendo a debilidade da produção nacional e o seu impacto sobre a qualidade do abastecimento de certos produtos essenciais, num mercado livre e concorrencial, tornou-se necessário distinguir os regimes de preços máximos e de preços fixos.

Assim, o presente Diploma apenas mantém o regime de preços livres, o regime de preços de fixos, o regime de preços máximos e o regime de preços convencionados.

Desta forma, instaura-se um regime baseado sobre os instrumentos de mercado, que visa, por um lado, reduzir ao mínimo a intervenção da administração na livre formação dos preços num mercado não tutelado e por outro permitir uma grande liberdade e auto responsabilização dos operadores económicos, na sua determinação.

Foram ouvidas as associações representativas do sector;

No uso da faculdade conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 203.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Objecto

Os preços de bens e serviços vendidos no mercado interno podem ser sujeitos aos seguintes regimes:

- a) Preços livres;
- b) Preços fixos;
- c) Preços máximos;
- d) Preços convencionados.

Artigo 2.º

Regime de preços livres

O regime de preços livres consiste na livre determinação dos níveis de preços pelos agentes económicos no mercado, observadas as regras da concorrência

Artigo 3.º

Regime de preços fixos

O regime de preços fixos consiste na fixação do seu montante fixo em diversos estádios da actividade económica, nomeadamente na venda ao consumidor final.

Artigo 4.º

Regime de preços máximos

O regime de preços máximos consiste na fixação do seu montante máximo em diversos estádios da actividade económica, nomeadamente na venda ao consumidor final.

Artigo 5.º

Regimes de preços convencionados

O regime de preços convencionados consiste no estabelecimento de uma percentagem máxima de aumento dos preços em vigor para os bens ou serviços produzidos, importados, comercializados ou prestados pelos agentes económicos abrangidos por convenção, a acordar entre administração, representada pelo departamento governamental responsável pelo sector do comércio e respectivas associações empresariais ou empresas individualmente consideradas, desde que, no sector não exista associação constituída.

Artigo 6.º

Convenção

1. A convenção referida no artigo anterior obriga apenas os agentes económicos filiados nas associações empresariais ou empresas individualmente consideradas, signatárias da mesma e entrará em vigor 5 (cinco) dias após a sua ratificação pelo membro do Governo responsável pela área do comércio.

2. Qualquer agente económico não signatário da convenção pode solicitar a respectiva adesão através de carta registada, com aviso de recepção, ao departamento governamental responsável pelo sector do comércio, ficando, em caso de deferimento do seu pedido, sujeito a todas as condições estabelecidas na convenção.

3. Os agentes económicos referidos no n.º 2 deste artigo poderão começar a praticar os preços convencionados 10 (dez) dias após a data da notificação da autorização da adesão solicitada.

Artigo 7.º

Integração nos regimes de preços

A sujeição dos bens e serviços aos regimes de preços a que se referem as alíneas *a)*, *b)*, *c)* e *d)*, do artigo 1.º depende de portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pela área do comércio e pelo sector a que os bens ou serviços em causa digam respeito, ouvidas as associações empresariais representativas do sector.

Artigo 8.º

Estabelecimento de outros regimes

O estabelecimento de novos regimes de preços de bens ou serviços é fixado por Portaria do membro do Governo responsável pela área do comércio.

Artigo 9.º

Revogação

É revogado o Decreto-lei nº1/99 de 1 de Fevereiro.

Artigo 10º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor 30 dias após a sua publicação no *Boletim Oficial*.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

José Maria Pereira Neves, Avelino Bonifácio Fernandes Lopes

Promulgado em 12 de Novembro de 2003

Publique-se.

O Presidente da República, *PEDRO VERONA RODRIGUES PIRES*

Referendado em 12 de Novembro de 2003

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*